



Estratégia
Concursos

SIMULADO

TJ SC

TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR

Simulado Especial

9º Simulado TJ-SC

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-SC;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TJ-SC-02-05>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

PORTUGUÊS

Adriana Figueiredo

A justiça brasileira tarda, e tarda muito. Por aqui, entre o início de uma ação e a sentença podem se passar anos, ou mesmo décadas. Pior, o crime pode prescrever. Números do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) confirmam a percepção generalizada de que o nosso Judiciário anda a passos de tartaruga. De 2009 a 2016, o número de processos sem sentença, conhecido como de taxa de congestionamento, cresceu mais de 30% e chegou a 73% em 2016. Isso significa que apenas 27% de todos os processos que tramitaram nesse período foram solucionados, acumulando quase 80 milhões de casos pendentes. Temos o 30º Judiciário mais lento entre 133 países, segundo o Banco Mundial.

Essas cifras não indicam, no entanto, que os juízes brasileiros são ineficientes. O Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) em 2016 foi de 1.749 processos, o que significa a solução de mais de sete processos ao dia, em média, por juiz. São números muito melhores do que a média anual de 959 processos dos juízes italianos, 689 dos espanhóis e 397 dos portugueses, por exemplo, de acordo com dados de 2014.

Ao que poderia ser creditada, então, a lentidão da nossa Justiça? Uma das causas apontadas é justamente a falta de juízes. Conforme dados do CNJ de 2016, no Brasil há 8,2 magistrados para cada 100.000 habitantes, enquanto que a média nos países europeus é de 17,4. Na prática, os juízes brasileiros recebem o dobro de novos casos por ano em relação aos europeus, e esse volume só cresce, desenhando um cenário que começa a revelar o que está por trás dos problemas. Os Judiciários estrangeiros que funcionam melhor têm mais juízes e um número infinitamente menor de processos. Já a nossa taxa de congestionamento cresce naturalmente, seja pela grande quantidade de processos tramitando, seja pelo choque de decisões provisórias a que o sistema está sujeito. “Estamos em plena era da provisoriedade das decisões judiciais, com excesso de liminares, cautelares, habeas corpus e mandados de segurança contra decisões judiciais e recursos internos contra o que acabou de ser decidido. Quando eu era Ministro do STJ, cheguei a receber de 80 a 100 processos novos por dia!”, revela Sidnei Beneti, ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça, livre-docente em Direito Processual Civil e doutor em Direito Processual Penal pela Faculdade de Direito da USP.

O excesso de demanda dentro do sistema é apontado como a causa fundamental da morosidade por Maurício Zanoide de Moraes, professor associado do Departamento de Direito Processual da USP. Para ele, tanto o Judiciário como a sociedade têm uma cultura do litígio, do conflito. Não procuramos a mediação e o acordo, por isso um

número infinitamente grande de processos afoga o sistema. “Nenhum judiciário do mundo conseguiria dar conta da nossa demanda. Nossa estrutura jurídica foi desenhada em meados do século passado, para uma demanda muito menor. O excesso de ‘judicialização’, somado aos vários recursos e à frequente passagem para as instâncias superiores, que têm estrutura e capacidade menores e onde as decisões têm que ser colegiadas – feitas por um grupo de juízes –, acaba travando o sistema. E tudo desemboca nas instâncias superiores, que não dá conta.” José Luiz Gavião de Almeida, Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo e Professor da Faculdade de Direito da USP, concorda: “houve grande incentivo para o ingresso de ações no Judiciário, mesmo sabendo que ele não estaria aparelhado. O ideal seria o incentivo a outras formas de solução de conflitos, como a conciliação”

01. Sobre um dos motivos da lentidão da justiça brasileira, de acordo com o texto:

- a) ineficiência do magistrado brasileiro;
- b) média de juízes brasileiros superior à média europeia, há 17,4 magistrados para cada 100.000 habitantes;
- c) população numerosa do Brasil, acima de muitos países do mundo;
- d) recursos que passam a instâncias superiores, que não requerem decisões colegiadas, acumulam por falta de pessoal;
- e) preferência das pessoas pela judicialização, não recorrendo a instâncias de mediação e acordo.

02. Assinale a alternativa que não corresponde às ideias apresentadas no texto:

- a) Judiciário brasileiro é suficiente;
- b) Excesso de demanda é causa da morosidade;
- c) As decisões judiciais são provisórias, passíveis de recursos;
- d) Menos de 30% dos processos foram solucionados no período de 2009 a 2016.
- e) Entre 133 países, o Brasil ocupa o 30º de judiciário mais lento.

03. Quanto à tipologia textual, o texto lido pode ser classificado predominantemente como:

- a) Narrativo
- b) Descritivo
- c) Argumentativo
- d) Instrucional
- e) Informativo

04. Nossa história e nosso passado não são nem cargas indesejadas, nem determinações absolutas.

Mantêm-se o sentido e a correção da frase acima substituindo-se o segmento sublinhado por:

- a) nem tanto cargas indesejadas quanto determinações absolutas;
- b) cargas indesejadas, nem ao menos determinações absolutas;
- c) cargas indesejadas, assim como não são determinações absolutas;
- d) nem cargas indesejadas, quando não determinações absolutas;
- e) nem mesmo cargas indesejadas, quanto mais determinações absolutas.

05. Assinale a alternativa em que o termo indicado **não** tenha valor adjetivo.

- a) ... Poder Legislativo, cujas competências foram ampliadas.
- b) ... configura alguns desafios.
- c) ... a existência de muitos dispositivos.
- d) Esse pacto...
- e) ... resolvidos na atual Constituição...

06. O verbo grifado está corretamente flexionado na frase:

- a) Empresários do agronegócio manteram-se atentos às previsões de escassez de chuvas.
- b) Técnicos do governo creem que serão resolvidos os conflitos entre investidores e ambientalistas.

c) O governo, atento às instáveis condições do mercado, entreviu na cotação do dólar.

d) Como sobreviram contratemplos, foi inevitável a quebra da safra de grãos no ano passado.

e) Técnicos preveram queda na arrecadação, devido às elevadas taxas de juros.

07. Não há a devida correlação temporal das formas verbais em:

- a) Seria conveniente que o time ficasse sem saber quem era o adversário.
- b) É conveniente que o time ficaria sem saber quem é o adversário.
- c) Era conveniente que o time ficasse sem saber quem foi o adversário.
- d) Será conveniente que o time fique sem saber quem é o adversário.
- e) Foi conveniente que o time ficasse sem saber quem era o adversário.

08. “As verdades filosóficas se contradizem...”

O item a seguir em que o SE apresenta valor idêntico àquele que possui nesse segmento da frase acima:

- a) Procura-se um meio de fazer o homem menos cético.
- b) Os homens modernos esconderam-se da verdade.
- c) Pascal se declarou irracionalista.
- d) A ciência e a fé se digladiam.
- e) As doutrinas filosóficas queixam-se do ceticismo moderno.

09. Assinale a opção em que a partícula “o” sublinhada aparece com o mesmo emprego que se apresenta no seguinte trecho do texto:

“A primeira é o que queremos dizer.”

- a) Eles devem realizar logo o projeto do grupo.
- b) Responda-me: o que você tem com isso?
- c) Seu sucesso depende de o livro ser aceito.
- d) É preciso conhecer a rotina do laboratório.
- e) Este livro foi o que você indicou.

10. ... os peixes morrem e boiam na superfície. Quem chega muito perto fica com os olhos ardendo e algumas pessoas têm dificuldade para respirar. Esses são alguns dos efeitos das marés vermelhas...

Ao introduzir a frase transcrita acima, o pronome demonstrativo grifado:

- a) antecipa a conceituação necessária para o fenômeno que é o assunto do texto.
- b) estabelece uma repetição enfática, porém desnecessária, dos fenômenos já citados.
- c) especifica o tempo e o espaço em que ocorrem os fenômenos antes citados.
- d) indica a retomada dos fenômenos antes relacionados, em uma referência única.
- e) redistribui as consequências dos fenômenos assinalados, acentuando seu efeito nas pessoas.

11. Em “**Por** ser antes de tudo uma máquina de vender e, mais que isso, de vender o prazer do consumo e o consumo do prazer, ela atira contra nós mesmos o nosso desejo de consumir ao máximo...”, a preposição sublinhada expressa uma relação com o sentido de:

- a) causa
- b) condição
- c) consequência
- d) concessão
- e) posse

12. No texto, o segmento “... podem ora ser consideradas como orientação geral, ora como disposição...” expressa ideias de ações:

- a) opostas.
- b) repetidas.
- c) alternadas.
- d) simultâneas.
- e) concomitantes.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Alex Lira

13. Um pai comprou para seus filhos bombons, refrigerantes e salgados pagando por cada unidade, respectivamente, R\$ 1,00, R\$ 3,00 e R\$ 10,00. Sabendo-se que o gasto total na compra foi de R\$ 220,00 e que foram adquiridos ao menos uma unidade de cada item, é necessariamente correto concluir que a compra incluiu, no

- a) máximo, 70 refrigerantes.
- b) máximo, 203 bombons.
- c) máximo, 21 salgados.
- d) mínimo, 2 refrigerantes.
- e) mínimo, 2 bombons.

14. Cássio comeu a terça parte de uma torta. Amélia chegou depois e comeu a metade do que Cássio havia deixado da torta. Por último, Bianca chegou e comeu o correspondente à metade do que Amélia havia comido. A fração que sobrou dessa torta foi

- a) $\frac{1}{6}$
- b) $\frac{3}{8}$
- c) $\frac{2}{9}$
- d) $\frac{1}{5}$
- e) $\frac{1}{12}$

15. Um lojista fez uma promoção de um produto oferecendo um desconto de 50%. Um mês depois, outra promoção foi feita e reduziu o valor do produto em 15%. Após as duas promoções, o custo inicial, em porcentagem, foi reduzido em

- a) 65,5.
- b) 63,5.
- c) 47,5.
- d) 57,5.
- e) 45,5.

16. O diretor de uma escola premiará os três professores mais eficientes do ano com a quantia de R\$ 13.500,00 que será distribuída de forma diretamente proporcional ao número de pontos obtidos por cada um na avaliação do ano. O professor, com 45 pontos, recebeu R\$ 6.750,00, e o número de pontos do segundo colocado foi igual a 27. O número de pontos a menos que o terceiro colocado conseguiu em relação ao segundo colocado foi

- a) 12
- b) 8
- c) 11
- d) 10
- e) 9

17. Madalena, João, Rita, Alírio e Paula fizeram uma prova obtendo cinco pontuações diferentes. Sabe-se ainda que, nessa prova:

- Madalena obteve mais pontos do que Alírio, mas menos pontos do que Paula;
- João obteve mais pontos do que Rita, que por sua vez obteve mais pontos do que Madalena.

Sendo assim, é necessariamente correto que

- a) Madalena obteve mais pontos do que Rita.
- b) João obteve menos pontos do que Paula.
- c) Rita obteve menos pontos do que Paula.
- d) Alírio foi o que obteve menos pontos.
- e) Paula foi a que obteve mais pontos.

18. Considere a sequência:

1A3E; 5I7O; 9U11A; 13E15I; 17O19U; 21A23E; . . .

O 11º termo é formado por algarismos e pelas letras

- a) EI.
- b) UA.
- c) OA.
- d) IO.
- e) AE.

DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ricardo Torques

19. Com base na Lei nº 13.146/2015, assinale a alternativa correta quanto igual reconhecimento da pessoa com deficiência perante a lei:

- a) O Estatuto da Pessoa com Deficiência assegura o direito ao exercício de sua capacidade legal em condição privilegiada em relação às demais pessoas.
- b) A pessoa com deficiência é considerada capaz e, por isso, não poderá ser submetida à curatela em hipótese alguma.
- c) Quando deferida, a curatela afetará somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.
- d) A curatela, a depender do caso concreto, poderá alcançar o direito ao matrimônio e ao trabalho da pessoa com deficiência.
- e) Para emissão de documentos oficiais, será exigida a situação de curatela da pessoa com deficiência.

20. O poder público deve assegurar o acesso da pessoa com deficiência à justiça, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Desse modo, pode-se afirmar corretamente que:

- a) As adaptações e os recursos de tecnologia assistiva deverão ser postos à pessoa com deficiência sempre que requeridos.
- b) Cabe ao Poder Público deixar à disposição da pessoa com deficiência as adaptações e os recursos de tecnologia assistiva, sendo dispensado o seu requerimento.
- c) Compete ao poder público capacitar exclusivamente os membros e os servidores do Poder Judiciário para que a pessoa com deficiência possa atuar em todo o processo judicial.
- d) A pessoa com deficiência submetida a medida restritiva de liberdade gozará de determinados privilégios não estendidos aos apenados sem deficiência.
- e) Em observância ao princípio da isonomia, os serviços notariais e de registro podem negar condições diferenciadas à prestação de seus serviços em razão de deficiência do solicitante.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

21. Determinado ente da federação pretende alienar um bem imóvel que funcionava como antiga sede de sua Secretaria de Saúde e que, atualmente, não mais possui destinação pública. Para que a venda ocorra de acordo com o que está previsto na Lei nº 8.666/93, referido ente deverá, entre outros requisitos

- a) justificar a existência de interesse público, apenas, ficando a critério do administrador a modalidade de licitação a ser utilizada, independentemente do valor do bem.
- b) obter autorização legislativa e fazer a avaliação do imóvel, vedada a dispensa de licitação em qualquer caso.
- c) proceder à avaliação do bem, para que, caso esteja dentro do valor previsto para a modalidade leilão, seja vendido através desse procedimento.
- d) dispensar o procedimento licitatório, caso a venda seja efetuada a outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo.
- e) comprovar a existência de interesse público, bem como efetuar avaliação prévia e, em regra, proceder à alienação através do leilão.

22. A administração de determinado ente da federação publicou edital para contratação de empresa para realização de obras e reformas em diversas escolas. Ocorre que essas escolas haviam sido reformadas e revitalizadas há pouco tempo, o que causou certa estranheza à população. João, desconfiado de que poderia estar acontecendo alguma irregularidade no procedimento, buscou informações sobre o que poderia fazer diante de tal situação. Com base no disposto na Lei nº 8.666/93, é correto afirmar que:

- a) João não pode, como cidadão, impugnar o edital perante a administração.
- b) a impugnação do edital por João, como cidadão, é permitida, desde que ocorra até o segundo dia útil antes da abertura dos envelopes de habilitação ou propostas.
- c) João pode impugnar o edital pelo menos cinco dias úteis antes da abertura dos envelopes de habilitação, devendo a administração proferir sua decisão em três dias úteis.
- d) João pode impugnar o edital em três dias úteis, impedindo assim o prosseguimento do certame.

e) decairá do direito de impugnar os termos de edital o cidadão que não o fizer até o terceiro dia útil da abertura dos envelopes, no caso de convite.

23. Em relação à equipe de apoio, nos termos do que prevê a Lei do Pregão – Lei nº 10.520/02, é correto afirmar que

- a) é designada pelo pregoeiro e competente para homologar o procedimento licitatório.
- b) é integrada obrigatoriamente por servidores ocupantes de cargos efetivos e estáveis.
- c) pode ser integrada por militares, no âmbito dos pregões realizados no Ministério da Defesa.
- d) será integrada, em sua maioria, por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da administração, obrigatoriamente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do evento.
- e) poderá ser integrada exclusivamente por servidores ocupantes de cargo em comissão.

24. O Estado de Santa Catarina pretende criar uma entidade com personalidade jurídica própria, com capacidade de autoadministração, cujos empregados sejam regidos pelas normas da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Nesse caso, o Chefe do Executivo deverá

- a) através de lei específica, criar uma empresa pública ou autarquia.
- b) por decorrência da desconcentração administrativa, criar, diretamente e por lei específica, uma sociedade de economia mista.
- c) enviar projeto de lei complementar para a criação da autarquia ou empresa pública, em processo de distribuição de competências denominado descentralização.
- d) criar, por lei específica, empresa pública ou sociedade de economia, que estão dispensadas de realizar concurso público para contratação dos empregados celetistas.
- e) enviar projeto de lei autorizativa, para a criação de empresa pública ou sociedade de economia mista, através da descentralização por outorga.

25. José, servidor público em atividade em autarquia estadual, retardou, indevidamente, ato de ofício, induzido por João, seu amigo de longa data, que seria prejudicado com a prática do referido ato. José, no entanto, não aceitou qualquer vantagem patrimonial para adotar essa conduta e não houve comprovação de dano ao erário. Diante desse cenário, com base no que dispõe a Lei de Improbidade Administrativa, é possível afirmar sobre essa situação que

- a) ambos respondem por ato de improbidade que viola os princípios administrativos, com a possibilidade de aplicação das penas de suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos e de pagamento de multa civil.
- b) José responde por improbidade administrativa, enquanto João responde no âmbito de ação penal dependente da ação civil de improbidade.
- c) ambos respondem por ato de improbidade que causa lesão ao erário, sujeitando-se, apenas em caso de ação dolosa, ao integral ressarcimento do dano.
- d) João, por não ser agente público, não responde por improbidade administrativa, mas pode responder nas demais esferas, caso comprovada sua participação em conluio com José.
- e) José responderá pela eventual falta funcional cometida, não sendo cabível a interposição de ação de improbidade, por ausência de dano ao erário.

26. No âmbito da legislação que rege o processo administrativo federal, um superior hierárquico observou que seu subordinado estava encontrando dificuldades na elaboração de um ato administrativo, de competência originária desde último, e decidiu requerer os autos do processo para que ele mesmo analise o caso e emita o ato. Nessa situação,

- a) a decisão proferida será inválida, visto que a autoridade não possuía competência para emissão do ato e nem poderia avocá-la.
- b) o superior pode emitir o ato, após avocar a competência de seu subordinado, por prazo indeterminado e sem fundamentação.
- c) o ato pode ser praticado pelo superior, desde que revogada a delegação de competência anteriormente feita ao subordinado.
- d) a autoridade superior pode, de forma justificada e se não houver impedimento legal, avocar a competência do subordinado, desde que em caráter excepcional e por motivos relevantes, e de forma temporária.

e) o subordinado pode delegar a tarefa ao superior, desde que não se trate de ato com caráter normativo.

27. Sobre os poderes da Administração Pública, é correto afirmar que

- a) o desvio de poder ocorre quando o agente atua fora dos limites de sua competência.
- b) o desvio de finalidade ocorre quando, apesar de atuar em sua esfera de competência, o agente atua de forma contrária à finalidade legal prevista para o ato.
- c) o poder disciplinar decorre da hierarquia entre a administração e os particulares ligados por algum vínculo específico.
- d) o exercício do poder de polícia é restrito aos órgãos policiais.
- e) o poder hierárquico incide no âmbito da mesma pessoa jurídica ou de pessoas jurídicas da administração direta sobre a indireta.

28. Acerca da responsabilidade extracontratual prevista no art. 37, § 6º da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que a responsabilização estatal com base na teoria do risco administrativo:

- a) abrange somente as pessoas jurídicas de direito público prestadoras de serviços públicos.
- b) alcança as entidades de direito público e privado, independentemente da atividade exercida.
- c) afasta a incidência da responsabilidade subjetiva, mesmo em casos de omissão imputada ao agente.
- d) abrange apenas os usuários do serviço público.
- e) não alcança, em regra, os danos decorrentes de omissão da Administração Pública, que, nesses casos, serão indenizados conforme a teoria da culpa administrativa.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

29. A respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos, conforme estabelecido expressamente na Constituição Federal, indique a assertiva correta:

- a) a manifestação do pensamento é livre, sendo permitido o anonimato, para que se assegure o direito de intimidade.
- b) é inviolável a liberdade de crença religiosa, sendo assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis de internação coletiva. Nas entidades militares, em razão de o Estado ser laico, é vedada a manifestação religiosa.
- c) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do proprietário, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou por determinação judicial.
- d) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- e) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização prévia, certa e paga preferencialmente em dinheiro.

30. João, Maria e seus dois filhos são venezuelanos e residem no Brasil, clandestinamente, há dois anos ininterruptos. Os filhos do casal estão em idade escolar. João foi contaminado pelo COVID-19 e precisa de atendimento médico. Maria trabalha em condição irregular em fábrica de laticínios. Sobre a história narrada, à luz da Constituição Federal, indique a única alternativa **CORRETA**.

- a) João, por ser estrangeiro em condição irregular no Brasil, não tem o direito de ser atendido gratuitamente em hospital público, uma vez que os direitos sociais são extensíveis apenas aos brasileiros e aos estrangeiros que residem legalmente no Brasil.
- b) Maria, embora estrangeira em condição irregular no Brasil, tem o direito de usufruir dos direitos trabalhistas previstos na Constituição Federal, dentre os quais o direito ao salário mínimo definido por lei,

férias, um repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, jornada máxima diária de trabalho de oito horas e semanal de 44 horas.

- c) Os filhos de João, por serem estrangeiros e não possuírem a documentação necessária, não poderão ser matriculados em escola pública.
- d) João poderia ser extraditado do Brasil, na hipótese de ter cometido crime na Venezuela, ainda que a acusação no Estado estrangeiro seja a de crime de opinião.
- e) Maria, embora exerça no Brasil atividade laboral, por ser estrangeira, não pode ser integrada à previdência social.

31. Jhon, nascido na Inglaterra, após 17 anos ininterruptos de residência no Brasil, sem condenação criminal, aos 40 anos, naturalizou-se brasileiro. Jhon está devidamente alistado como eleitor, no gozo dos direitos políticos, com domicílio eleitoral em Florianópolis, filiado ao Partido Político XX, é bacharel em direito, tem vários livros publicados e leciona a disciplina Direito Constitucional na Universidade Federal de Santa Catarina. Sobre o caso narrado, é correto afirmar que John preenche os requisitos para ocupar o cargo de:

- a) Presidente da República.
- b) Deputado Federal eleito pelo Estado de Santa Catarina.
- c) Ministro de Estado de Defesa.
- d) Presidente do Senado Federal.
- e) Ministro do Supremo Tribunal Federal.

32. As ilhas fluviais e lacustres são bens

- a) da União.
- b) dos Municípios.
- c) dos Estados, em regra, ressalvadas as que estão compreendidas dentre as da União.
- d) da União, ressalvadas as que estão nas zonas limítrofes com outros países.
- e) Dos Estados.

33. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

- a) desapropriação.
- b) serviço postal.
- c) entrada, extradição e expulsão de estrangeiros;
- d) inatividades e pensões das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares.
- e) assistência jurídica e Defensoria pública.

34. A criação de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum é competência

- a) dos Estados, mediante lei complementar.
- b) da União, por lei complementar.
- c) do Município, mediante lei.
- d) da União, por lei aprovada pelo Congresso Nacional.
- e) dos Estados, por lei aprovada pela Assembleia Legislativa.

35. A respeito do Poder Legislativo, indique a única assertiva **INCORRETA**.

- a) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes dos estados, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- b) A legislatura, no Brasil, corresponde a um período de quatro anos.
- c) Nenhum Estado da Federação poderá eleger menos do que oito deputados federais e nem mais do que setenta deputados federais.
- d) Cada Território elegerá quatro Deputados.
- e) A representação de cada Estado e do Distrito Federal no Senado Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.

36. Uma proposta de emenda à Constituição (PEC) foi subscrita por 208 deputados federais e teve sua tramitação iniciada na Câmara dos Deputados. No primeiro turno de votação, recebeu 315 votos favoráveis e, no segundo turno, 308 votos. Tendo sido enviada ao Senado, o texto foi aprovado, sem alteração, em dois turnos de votação, por 60% do total de membros da Casa em cada turno. Em seguida, a emenda foi promulgada pelo Presidente da República e enviada à publicação. A respeito da narrativa, indique a alternativa **CORRETA**.

- a) Houve falha na iniciativa, uma vez que 208 deputados não são legitimados à propositura de PEC.
- b) No Senado, a PEC não atingiu o quórum suficiente para ser aprovada.
- c) O Presidente da República não tem competência para promulgar emenda e nem para enviá-la à publicação.
- d) O processo legislativo transcorreu como determinado pela Constituição Federal e não apresentou nenhum vício formal.
- e) A PEC deveria ter sido enviada ao Presidente da República para, no prazo de 15 dias úteis, se manifestar sancionando ou vetando.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

37. Jaime, 35 anos, capaz, celebrou negócio jurídico com Joseane, que tem 15 anos. Fábio, 40 anos e capaz, celebrou negócio jurídico com Letícia, que tem 17 anos. Kleber, 42 anos e capaz, premido da necessidade de salvar-se de grave dano conhecido por Clotilde, que possui 20 anos e capaz, celebra com ela negócio jurídico pelo qual assume obrigação excessivamente onerosa. O negócio jurídico é

- a) nulo na primeira hipótese e anulável nas demais.
- b) anulável na primeira hipótese e nulo nas demais.
- c) nulo em todas as hipóteses.
- d) anulável em todas as hipóteses.
- e) nulo na primeira e na segunda hipóteses e anulável na última.

38. Suponha que o adquirente de um galpão comercial, depois de formalizada a compra e venda e assumida a posse do imóvel, tenha tomado conhecimento, por ocasião de vistoria realizada por perito de companhia seguradora, de falhas não aparentes na estrutura metálica que comprometem a integridade do imóvel com risco iminente de desabamento. A situação narrada dá ao adquirente o direito, perante o alienante, com fundamento no disposto no Código Civil, de

- a) evicção, podendo desfazer o negócio jurídico, com devolução do preço pago e exigir indenização por perdas e danos.
- b) anulação do negócio jurídico, salvo se renunciou ao direito de evicção nos termos estabelecidos no contrato de compra e venda.
- c) garantia, desde que não decorrido o prazo decadencial de 5 anos, podendo exigir do alienante os reparos necessários.
- d) redibir o contrato ou obter abatimento no preço pago, decaindo do direito após transcorrido um ano do momento em que tiver ciência do vício oculto.
- e) efetuar a devolução do bem que, dada sua natureza fungível, pode ser substituído por outro de igual valor ou resolvido o contrato em perdas e danos.

39. Suponha que venha a ser editada, sancionada e promulgada lei alterando dispositivos do Código Civil. Nesse caso, de acordo com a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, a nova lei começará a vigorar em todo o País, salvo disposição em contrário,

- a) 30 dias depois de oficialmente publicada.
- b) 45 dias depois de oficialmente publicada.
- c) 90 dias depois de oficialmente publicada.
- d) 180 dias depois de oficialmente publicada.
- e) na data da sua publicação oficial.

40. De acordo com o Código Civil, têm domicílio necessário, entre outros, o

- a) militar, o incapaz e as empresas públicas.
- b) filho menor, o clérigo e o preso.
- c) agente diplomático, o empresário e o interditado.
- d) Presidente da República, o falido e as fundações.
- e) marítimo, o preso e o incapaz.

41. Segundo o que dispõe, expressamente, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, na hipótese de expedição de uma licença sobre a qual exista incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, havendo a necessidade de eliminar esse problema, a autoridade administrativa poderá, atendidas as disposições legais,

- a) celebrar compromisso com os interessados.
- b) recomendar alteração legislativa antes da decisão.
- c) ingressar com ação declaratória no Poder Judiciário.
- d) contratar parecer de escritório de advocacia especializado.
- e) Aguardar a pacificação jurídica acerca do tema, através da criação de jurisprudência análoga ao caso.

42. Levando-se em conta os direitos da personalidade, julgue as afirmativas a seguir:

- a) Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome, o sobrenome e a alcunha.
- b) O nome da pessoa pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham, desde que não haja intenção difamatória.
- c) Não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial sem autorização, salvo nos casos previstos em lei.
- d) O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.
- e) Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer proteção aos direitos da personalidade os ascendentes ou os descendentes.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

43. Sobre as normas de competência estabelecidas pelo Código de Processo Civil, pode-se afirmar que:

- a) Quando a União for autora, o foro competente será do domicílio do réu do da capital do Estado.
- b) Quando o Estado ou Distrito Federal for autor, o foro competente será do domicílio do réu ou da capital do Estado.
- c) O foro de residência do idoso será competente sempre que a parte for superior a 65 (sessenta e cinco) anos de idade.
- d) É competente o foro de domicílio ou residência do alimentando, para a ação em que se pedem alimentos.
- e) Quando a sociedade ou associação sem personalidade jurídica for ré, será competente o foro do domicílio de seu administrador.

44. O Código de Processo Civil disciplina as causas de modificação da competência. Sobre o tema, prevê o CPC que:

- a) A conexão ocorre quando duas ou mais ações têm em comum o pedido, a causa de pedir e igualdade de partes.
- b) A conexão só é aplicável à fase de conhecimento, sendo vedada em execuções.

- c) A reunião das ações propostas em separado far-se-á no juízo prevento, onde serão decididas de acordo com a ordem cronológica de distribuição.
- d) A ação acessória poderá ser proposta em qualquer juízo e os autos deverão ser remetidos ao juízo competente.
- e) Dá-se a continência entre 2 (duas) ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.

45. Considerando o disposto sobre o *amicus curiae* previsto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Havendo a participação do *amicus curiae* deverá ser alterada a competência da ação para que sua atuação seja facilitada.
- b) O *amicus curiae* poderá opor embargos de declaração e poderá recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.
- c) O Código de Processo Civil veda expressamente a interposição de qualquer recurso pelo *amicus curiae*.
- d) Os poderes do *amicus curiae* estão definidos pelo próprio Código, cabendo ao juiz ou ao relator garantir a sua estrita observância e atuação dentro dos limites.
- e) O *amicus curiae* será sempre uma pessoa jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no tema objeto da demanda.

46. De modo geral, os atos processuais são públicos, mas o Código de Processo Civil prevê que alguns tramitarão em segredo de justiça. Assinale a alternativa **CORRETA** sobre o tema:

- a) O direito constitucional à intimidade não poderá ser suscitado para que um processo tramite em segredo de justiça.
- b) Tramitará em segredo de justiça o processo que verse sobre arbitragem, ainda que a confidencialidade não esteja estipulada.
- c) O direito de consultar os autos de processo que tramite em segredo de justiça e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes e aos seus procuradores.
- d) Havendo interesse estatal, o processo tramitará em segredo de justiça.
- e) O direito de consultar os autos de processo que tramite em segredo de justiça e de pedir certidões de

seus atos é restrito às partes, seus procurados e terceiros que demonstrem interesse jurídico.

47. Sobre as provas nos Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A Lei nº 9.099/95 apresenta expressamente os meios de prova admitidos e restringe-os às provas típicas.
- b) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.
- c) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, desde que requeridas previamente na petição inicial ou na contestação, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.
- d) Visando a celeridade e economia processual, característicos dos Juizados Especiais, não são admitidos pareceres técnicos.
- e) Não comparecendo a testemunha intimada, o Juiz determinará o prosseguimento da audiência, sendo dispensada a oitiva da testemunha.

48. Com base na Lei nº 9.099/95, assinale a alternativa correta quanto à sentença nos Juizados Especiais:

- a) A sentença mencionará os elementos de convicção do Juiz, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, devendo apresentar todos os elementos previstos no Código de Processo Civil.
- b) É nula a sentença condenatória na parte que exceder o limite estabelecido na Lei nº 9.099/95.
- c) Da sentença, excetuada a homologatória de conciliação ou laudo arbitral, caberá recurso para o próprio Juizado.
- d) As partes poderão ser representadas por advogado quando da interposição recursal.
- e) O recurso será interposto no prazo de quinze dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

49. São consideradas causas legais de exclusão da ilicitude:

- a) estado de necessidade, estrito cumprimento do dever legal e embriaguez voluntária.
- b) legítima defesa, coação moral resistível e obediência hierárquica de ordem não manifestamente ilegal.
- c) estado de necessidade, legítima defesa, coação moral irresistível e obediência hierárquica de ordem não manifestamente ilegal.
- d) coação física irresistível, obediência hierárquica de ordem não manifestamente ilegal, estado de necessidade, legítima defesa, exercício regular do direito e embriaguez voluntária.
- e) estado de necessidade, exercício regular do direito, legítima defesa e estrito cumprimento do dever legal.

50. Acerca da substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direito, assinale a opção **CORRETA**.

- a) é incabível a substituição da pena quando aplicada pena privativa de liberdade de até quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa.
- b) quando se trata de crime culposo, será cabível a referida substituição qualquer que seja a pena aplicada.
- c) na condenação igual ou inferior a um ano, a referida substituição pode ser feita por duas penas restritivas de direitos ou multa.
- d) se o condenado for reincidente, o juiz não poderá aplicar a substituição, mesmo que em face de condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime
- e) a pena restritiva de direitos não converte-se em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta, sendo possível apenas executá-la no cível.

51. De acordo com as causas extintivas tipificadas no Ordenamento Penal Pátrio, assinale a opção **CORRETA**:

- a) a morte do agente só extingue a punibilidade se houver expressa concordância do Ministério Público ou do querelante.
- b) a renúncia do direito de queixa, ou o oferecimento de perdão pelo querelante, nos crimes de ação privada, acarreta a extinção da punibilidade.
- c) A prescrição da pena de multa ocorrerá em três anos, quando a multa for a única cominada ou alternativamente aplicada.
- d) o curso da prescrição não interrompe-se pelo recebimento da denúncia ou da queixa
- e) são reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos.

52. Relativamente aos crimes contra a fé pública, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) a conduta de possuir ou guardar objeto especialmente destinado à falsificação de selo destinado a controle tributário não constitui crime contra a fé pública, pois não é fato punível.
- b) comete o crime de falsificação de documento particular o agente que falsifica ações de sociedade comercial.
- c) comete o crime de falsificação de documento público o agente que altera certidão emanada de entidade paraestatal.
- d) o uso de documento falso, artigo 304 do Código Penal, é absorvido pelo estelionato quando o agente é funcionário público.
- e) a falsificação de documento público, a condição de funcionário público é causa de aumento de pena, ainda que não se prevaleça do cargo.

53. São crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral, previstos no Código Penal:

- a) corrupção ativa, peculato e advocacia administrativa.

- b) abandono de função, sigilo funcional e advocacia administrativa.
- c) corrupção passiva, concussão e tráfico de influência.
- d) excesso de exação, resistência e desacato.
- e) facilitação do contrabando e descaminho, exploração de prestígio e falso testemunho ou perícia.

54. Assinale a opção **INCORRETA** a respeito dos crimes contra a administração pública.

- a) Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.
- b) Equipara-se a funcionário público, para os efeitos penais, quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.
- c) A pena será aumentada da metade quando os autores dos crimes praticados forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou de assessoramento de órgão da administração direta.
- d) A reparação do dano extingue a punibilidade do peculato culposo, se ocorre antes da sentença condenatória irrecorrível.
- e) o crime de peculato é crime funcional, exigindo a figura do funcionário público na manobra criminosa, mas admite que um terceiro, que sabe dessa condição, seja coautor e ou partícipe.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

55. Acerca da ação penal privada, assinale a opção **CORRETA**.

- a) o perdão do ofendido, seja expresso ou tácito, é causa de extinção da punibilidade nos crimes que se apuram exclusivamente por ação penal privada e naqueles em que há ação penal pública incondicionada.
- b) com a morte do ofendido, se comparecer mais de uma pessoa com direito de queixa, terá preferência a figura do ascendente, em face dos vínculos fraternos.

- c) considerar-se-á perempta a ação penal quando, deixar de promover o andamento do processo durante 60 (sessenta) dias.
- d) a renúncia ao exercício do direito de queixa em relação a um dos autores do crime aproveitará a todos, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar.
- e) Na ação penal privada personalíssima, a titularidade é exclusiva do ofendido, mas em caso de morte, transmite-se aos seus herdeiros ou sucessores.

56. Sobre a ação penal pública é correto afirmar:

- a) a representação é condição essencial para o regular desenvolvimento da ação penal pública condicionada proposta pelo Ministério Público, podendo ser oferecida até o recebimento da denúncia ou no prazo máximo de seis meses, contados a partir do momento em que o ofendido ou seu representante legal tiver conhecimento de quem é o autor da infração penal.
- b) em virtude do princípio da disponibilidade, o Ministério Público pode desistir de ação penal já instaurada, bem como de qualquer recurso por ele interposto.
- c) qualquer que seja o crime, se for praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, dos estados e(ou) dos municípios, a ação penal será sempre pública.
- d) nas ações penais públicas condicionadas à requisição do Ministério da Justiça, o prazo para o oferecimento da requisição é de três meses a contar do conhecimento da autoria.
- e) A ação penal pública incondicionada é promovida pelo Ministério Público por meio de denúncia, que deve ser oferecida no prazo decadencial de 6 meses, contados do dia em que ocorreu a infração penal.

57. A respeito dos prazos no processo penal, assinale a opção **CORRETA**.

- a) nos casos de citação, a contagem do prazo no processo penal inicia-se com a juntada do mandado, devidamente cumprido, aos autos.
- b) Caso o advogado seja intimado para apresentar peça processual cujo prazo é de cinco dias em uma quarta-

feira útil, o prazo final para o protocolo da peça será a quarta-feira subsequente.

- c) nos termos do Código de Processo Penal, os prazos devem ser contados excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o último dia, exceto quando o réu estiver preso.
- d) Segundo preceito expresso no CPP, todos os prazos do processo devem ser contínuos e peremptórios, não se interrompendo por férias, domingo ou dia feriado.
- e) se computa, na contagem dos prazos exclusivamente processuais, o dia do começo, excluindo-se, porém, o dia do vencimento.

58. Sobre a citação e a intimação é correto afirmar que:

- a) é cabível a citação por edital no processo penal, desde que o oficial de justiça verifique e certifique que o réu se oculta para não ser citado.
- b) considera-se completa a formação do processo quando realizada a citação válida do acusado, que consiste em causa de interrupção da prescrição.
- c) o acusado citado por edital que não comparece nem nomeia defensor, será declarado revel, admitindo-se verdadeiros os fatos articulados na denúncia ou queixa.
- d) o réu será considerado revel se, apesar de pessoalmente citado, deixar de comparecer injustificadamente, sendo que o processo seguirá sem a sua presença e haverá confissão ficta.
- e) não é nula a citação por edital de réu preso na mesma unidade da federação em que o juiz exerça a sua jurisdição.

59. Sobre a sentença no Processo penal é correto afirmar:

- a) o juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, pode atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.
- b) apenas com o trânsito em julgado de sentença absolutória é que o juiz deve ordenar a cessação das medidas cautelares e provisoriamente aplicadas.
- c) ocorrerá a *mutatio libelli* sem aditamento quando o juiz der ao fato definição jurídica diversa da que

constar na denúncia, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.

- d) é possível a aplicação da *mutatio libelli* pelo órgão de segunda instância.
- e) é denominada absolutória imprópria a sentença em que o juiz condena o acusado, impõe-lhe pena restritiva de direitos.

60. Sobre os recursos, assinale a alternativa **INCORRETA**:

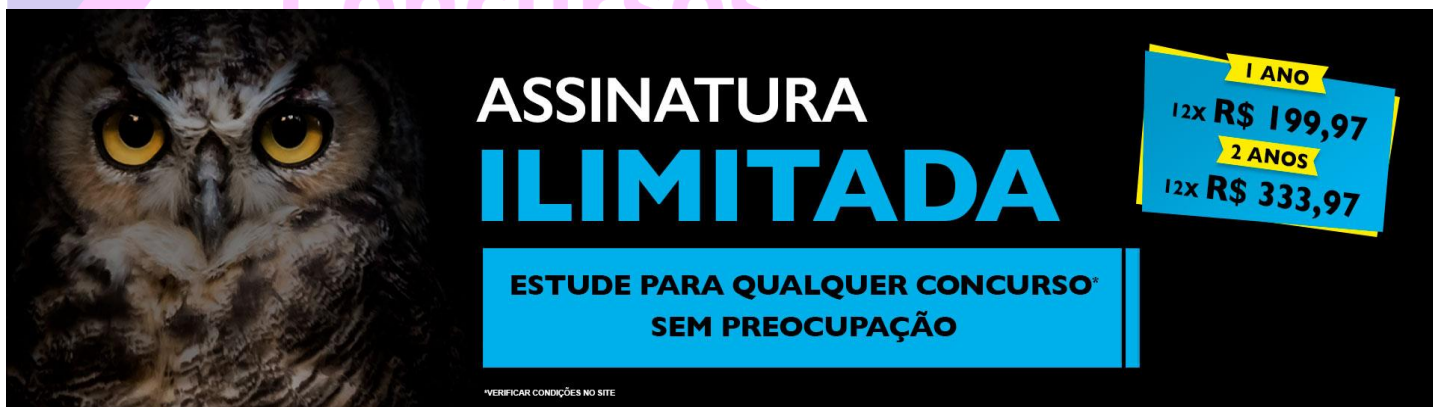
- a) A regra geral no CPP é a voluntariedade dos recursos. Os recursos à sentença que conceda habeas corpus, contudo, deve ser interposto de ofício, por juiz.
- b) decisão que conceda ou denegue ordem de habeas corpus é impugnável por meio de recurso em sentido estrito.
- c) o recurso de apelação ofertado em face de sentença condenatório ou absolutória de réu preso ou solto tem efeito suspensivo.
- d) o princípio de vedação da *reformatio in pejus*, expresso no CPP, não impede que o tribunal, quando do julgamento da apelação interposta pelo MP, agrave a pena do réu.
- e) O CPP preconiza, de forma expressa, a utilização do recurso de apelação, como instrumento processual impugnativo adequado para recorrer de sentença de absolvição.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJ-SC-02-05>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE